



# Anais da Assembléia

N° 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 05.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 1991  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, César Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basilio Zanusso, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, José Artur Ricci, José Alves, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Rafael Greca de Macedo e Severino Félix (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em complementação a indicação para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, indico para TITULAR o Deputado JOÃO IENSEN, e para SUPLENTE o Deputado JOSÉ AL-

VES.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada consideração e estima.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO  
Líder do P.T.B.

### Ofícios:

OF. N° 012/91 - Gab.

Curitiba, 21 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Venho através do presente comunicar Vossa Excelência, da minha ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25, 26 e 27 do mês em curso, por motivo de viagem à Brasília, onde tratarei de assuntos reivindicatórios dos Municípios de Umuarama e Icaraíma, junto aos Ministérios da Saúde e da Educação.

Na certeza de vossa compreensão, antecipo agradecimentos e renovo sinceros votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) NELSON GARCIA

OF. N° 113/91 - GLG.

Curitiba, 25 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Vimos através do presente, encaminhar a Vossa Excelência, expediente enviado pela SANEPAR, com a resposta ao requerimento apresentado pelo Deputado Algaci Túlio na Sessão Plenária do dia 20 p.p.

Sendo o que se apresenta para a oportunidade, colhemos do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - pedido de informações, para que sejam respondidos os seguintes quesitos: 1) Existem tarifas diferenciadas para os serviços de água e esgoto? Se existem, quais os seus valores e como se aplicam?

2) O cálculo do valor devido, relativo à água e esgoto é feito com base no gasto real do usuário, ou em faixas de consumo?

3) Se baseado em faixas de consumo, quais as aproximações e critério adotado?

4) Havendo bases de cálculos diferentes, exemplificar, em cada caso, como se chega aos valores finais, cobrados do usuário.

Sala das Sessões, em 20.02.91.

(a) AIGACI TÚLIO

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 16/91, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO MONTE SINAI DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na localidade de Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) JOÃO IENSEN

## REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental e com base no Artigo 54, inciso 34, da Constituição do Estado do Paraná, a CONVOCAÇÃO do Senhor Secretário de Estado da Saúde, médico Sebastião Rodrigues Pimentel, a fim de que compareça perante este Poder Legislativo para prestar esclarecimentos a respeito das concorrências n°s 004/90 e 005/90, realizadas pela Secretaria em questão, bem como da sindicância realizada para apurar irregularidades nesses processos.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) AIGACI TÚLIO

Apoiamento: Emília Belinati, Colombino Grassano, Lourenço Fregoneze e 3 ilegíveis.

## JUSTIFICATIVA:

A Fundação Caetano Munhoz da Rocha, através da sua Comissão Permanente de Licitação tornou público através dos Editais de Licitação, as concorrências n°s 004/90 e 005/90, tendo como referência os processos n°s 906.805-8/90 e 906.806-6/90, respectivamente, com a finalidade de adquirirem materiais de consumo médico-hospitalares e a contratação de serviços especializados para fornecimentos e instalação de equipamentos médico-hospitalares, instrumentos e outros, destinados às Regionais de Saúde e Unidades do SUDS no Estado do Paraná.

O processo de licitação constituiu-se numa seqüência de irregularidades que culminou na anulação das concorrências pelo Governador, bem como na constituição de comissão de sindicância para apurar responsabilidades. Esta sindicância concluiu pela punição dos membros da Comissão Permanente de licitação fato que foi noticiado fartamente nos veículos de comunicação.

Até para que se clarifique o assunto, para que os integrantes deste Poder tomem ciência das razões que motivaram os atos do senhor Governador, no episódio, é que

se pede a convocação do Secretário para comparecer nesta Casa.

## REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NIVA WENDLING QUEIROZ ocorrido nesta Capital.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 67 anos faleceu, nesta Capital, a Senhora NIVA WENDLING QUEIROZ que deixou viúvo o Senhor ENIO CAMARGO QUEIROZ. Deixou ainda 6 filhos, 11 netos e uma bisneta.

O passamento da Senhora NIVA veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva NIVA.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Queiroz, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO N° 124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JANDYR NARDIN ocorrido dia 21 de fevereiro/91, nesta Capital.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

No último dia 21/02 faleceu nesta Capital, o Senhor JANDYR NARDIN, funcionário aposentado do Poder Legislativo.

O extinto deixa viúva Dona Etelvina, duas filhas e uma neta.

O passamento de Jandyr Nardin veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo JANDYR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família NARDIN, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 138

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Poder Judiciário do Estado do Paraná pela implantação do novo Tribunal do Júri.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 21 de fevereiro p.p., no Tribunal do Júri da Comarca de Curitiba, reuniram-se os homens que representam e fazem a Justiça do Paraná, autoridades, advogados e comunidade para, solenemente, em sessão cívica de grande comoção, abrir os trabalhos do novo Tribunal do Júri, quando procedeu-se o resgate do "sino da justiça" - símbolo centenário da atuação do Judiciário do nosso Estado.

Sob a Presidência do ilustre Desembargador Luiz Renato Pedroso, tendo o Rvm<sup>o</sup> Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Pedro Fedalto oficiado a cerimônia da bênção do "sino da justiça" e das instalações do Tribunal, a sessão transcorreu num clima de civismo exaltado pela palavra do Secretário e representante do Senhor Governador do Estado, Dr. Renné Ariel Dotti, pela palavra do Dr. Rolf Koerner, representando a OAB/PR, do Dr. Munir Gazal, representando o Ministério Público e, finalmente, do Dr. João Kopitoski, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri.

É importante destacar o valor do resgate do "sino da justiça" e para isto, apoiamos nas palavras do Dr. Munir Gazal: "uma sociedade que não respeita seus símbolos não merece ser chamada de civilizada".

Que marque o resgate da função prima do Judiciário, seja a da promoção da Justiça, da garantia dos direitos de cada cidadão - conforme bem dito pelo Presidente daquela Corte.

REQUER outrossim, seja dado conhecimento do presente ao Exmo<sup>o</sup> Senhor Desembargador Dr. Luiz Renato Pedroso, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná; Dr. Luiz Chemim Guimarães, DD. Procurador Geral da Justiça do Paraná; João Kopitoski, DD. Juiz da 2ª Vara do Tribunal do Jú-

ri, Dr. Mansur Teófilo Mansur, DD. Presidente da OAB/PR; ainda, ao Secretário e Ministro de Estado da Justiça.

#### REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de Louvor, ao MM. JUIZ DE DIREITO, Dr. João Kopytowski, pelos relevantes e exemplar trabalho desenvolvido à frente do Tribunal do Júri, atualmente acumulado o 1º e 2º Tribunal do Júri da Capital, procurando resgatar a importância e credibilidade da Justiça.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O atual Presidente dos Tribunais do Júri da Capital, (1º e 2º), que, aos 49 (quarenta e nove) anos de idade, com uma folha de serviços prestados nas comarcas por onde passou, demonstra seu zelo e lisura pela credibilidade da Justiça. Notadamente quando preside julgamentos. Sempre firme e decidido, marca que conseguiu imprimir por todos os lugares por onde passou.

#### REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas Regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, a Consignação nos Anais deste Poder, de Voto de Louvor, ao Senhor Valmor Picolo.

Requer ainda que, seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) NELSON JUSTUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela eleição de seu nome para cargo de Conselho de Administração do Banco do Estado do Paraná, pelos seus colegas funcionários, que demonstraram o alto conceito que o Dr. Valmor Picolo goza entre os seus colegas, resultado de seu trabalho brilhante exercido desde 1968 no Banestado onde iniciou sua carreira como escriturário, atingindo hoje as funções de Diretor de Crédito Comercial e Membro do Conselho de Administração.

#### REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja solicitado a Secretaria de Estado dos Transportes, para que seja recuperado o trecho de estrada BR-373-Guaraçu-Pato Branco, situado no Município de Manguaçu, aproximadamente a dois quilômetros da Ponte sobre o Rio Iguaçu, pois

a cratera existente na pista existe desde há muito.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) CARLOS SIMÕES.

#### JUSTIFICATIVA:

O abandono com que nossas estradas se encontram é inacreditável. O buraco existente na estrada BR-373, já fez alguns aniversários, faz-se desvios, e quase outra estrada e a cratera que pode engulir um automóvel, mesmo um caminhão médio, continua lá, devidamente sinalizado, pelos órgãos competentes, parece ironia.

As reclamações e observações sobre o descaso com que o patrimônio público é tratado vem até nós, os Parlamentares todos os dias. Precisamos de uma resposta objetiva. O reparo neste trecho se faz urgente, pois já vem com muito atraso.

#### REQUERIMENTO N° 130

Senhor Presidente.

Paulo Maia, infra-assinado, encaminha respeitosamente à Presidência desta Casa um "Documento Pela Paz", no intuito de que Vossa Excelência o submeta à aprovação dos demais companheiros desta Assembléia Legislativa e, em seguida, em nome deste Parlamento, o remeta ao Itamarati, encarecendo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República o faça chegar às mãos das autoridades mundiais envolvidas no movimento em favor da Paz.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) PAULO MAIA.

#### MOÇÃO PELA PAZ NO GOLFO PÉRSICO

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, preocupado com o desdobramento da crise no Golfo Pérsico, cuja guerra cruel, atroz, desumana e inconseqüente está ceifando milhares de vidas inocentes, posiciona-se pelo imediato cessar fogo e pelo fim da Guerra. Pela Paz. Contra o Imperialismo.

#### REQUERIMENTO N° 131

Senhor Presidente.

Paulo Maia, infra-assinado, encaminha respeitosamente à Presidência desta Casa "Moção em Defesa do Banco do Brasil e dos Interesses do Paraná", no intuito de que Vossa Excelência a submeta à aprovação dos demais integrantes desta Assembléia e, em seguida, envie a mensagem constante do pronunciamento efetuado e a Moção ao Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello; a Senhora Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello; ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro; ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, Ernesto Capozzi; além de a todas as Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Agências e Postos do

Banco do Brasil dos Municípios relacionados no pronunciamento.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) PAULO MAIA.

#### MOÇÃO EM DEFESA DO BANCO DO BRASIL E DOS INTERESSES DO PARANÁ.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, diante do atual período de Crise por que passa o povo brasileiro, desemprego, insegurança e perdas salariais, posiciona-se contrário ao fechamento das Agências, Postos de Atendimento do Banco do Brasil no Estado do Paraná, relacionados num total de 216 (duzentas e dezesseis). Na defesa do Banco do Brasil. Na Defesa do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício à Gerência Regional da Caixa Econômica Federal, no sentido que essa Entidade agilize o atendimento do Crédito Educativo, a fim de facilitar o acesso dos inúmeros acadêmicos interessados.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras queixas de pais de alunos e alunos em geral, que tendo passado em vestibulares ou mesmo estando cursando as várias Faculdades Particulares de nossa Capital, não encontram meios de pagar as elevadas prestações mensais, bem como a matrícula.

Tentam se socorrer do instituto do Crédito Educativo e alegam não haver atendimento e poucas informações quanto aos prazos e critérios para este benefício.

É fundamental que neste momento tão crucial para a vida do brasileiro, o Governo facilite, agilize, e na verdade determine que seus órgãos responsáveis, atendam àqueles que precisam de recursos para custear seus estudos. É exatamente neste momento que se torna necessário o financiamento do ensino. O País carece de melhor qualificação de mão-de-obra. E portanto, devemos concorrer para que isto se verifique. E não cortar recursos, criar embaraços e dificultar o acesso de nossos universitários ao Crédito Educativo.

Daí, que estamos formulando o presente requerimento, para levantar informações, eliminar dúvidas e podermos orientar todos àqueles que tem nos procurado.

#### REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para que seja autorizado a entrega de mais uma viatura para a Delegacia de Polícia de Mandirituba e outra para atender a Fazenda Rio Grande, com o devido aumento no contingente policial.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

Justificado pelo precoce crescimento populacional e demográfico do município e a precariedade em que se encontra o atual veículo a disposição da Delegacia de Polícia de Mandirituba, pleiteamos tal atenção de parte da Secretaria de Estado da Segurança Pública, pois, como é sabido, é dever do Estado proporcionar a segurança de seus cidadãos.

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de Telex aos Deputados e Senadores do Paraná no Congresso Nacional, bem como a todos os Líderes de Partidos com assento no Congresso Nacional, solicitando que os mesmos rejeitem o Congelamento de Salários que está embutido na Medida Provisória 295, editada pelo Presidente Fernando Collor de Mello e apoiem Emendas a esta Medida Provisória que estão em tramitação no Congresso Nacional fixando em Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) o salário Mínimo para Março de 1991 e determinando que todos os salários, inclusive o Mínimo, sejam reajustados pela variação da Cesta Básica.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(aa) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA,

e OVIDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 139

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, solicitando, na forma disposta pela Constituição, cópia dos processos n°s 906.805-8/90 e 906.806-6/90, referentes às concorrências n°s 004/90 e 005/90, respectivamente, realizadas pela Secretaria de Estado da Saúde - FCMR, bem como dos trabalhos e relatórios concluídos, da sindicância instalada para apurar irregularidades na realização de tais concorrências.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada à Casa Civil do Governo do Estado, pedido de informações para resposta aos seguintes quesitos:

1 - Em que dispositivo legal se baseia a campanha publicitária levada a cabo pelo Governo do Estado, veiculando, insistentemente o nome do Excelentíssimo Senhor Governador, em frontal desrespeito ao disposto no § 1°, do art. 27 da Constituição Estadual?

2 - Quais os custos desta campanha e qual a duração prevista?

3 - Quais os objetivos que se pretende alcançar, ao fim do Governo, com uma campanha de tal envergadura?

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) HERMAS BRANDAO.

Apoiamento: Algaci Túlio e 4 ilegíveis.

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, sejam arguidos a Secretaria de Estado dos Transportes e o Departamento Nacional de Estrada de Rodagem - DNER, quanto às obras de duplicação da BR-376, que liga Curitiba a Joinville-SC, quanto a prazos, projeto e previsões orçamentárias referente a referida obra de duplicação.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) CARLOS SIMOES.

JUSTIFICATIVA:

As reclamações dos usuários da BR-376, são conhecidas e reconhecidas nacionalmente, e não seria diferente em nosso Programa de Rádio e em nosso Gabinete Parlamentar, as constantes reclamações apelando pela atuação dos Parlamentares Paranaenses nesta causa. Os acidentes graves que vitimam centenas de pessoas anualmente nos levam a formular tal requerimento para poder melhor informar aos que clamam pela construção desta segunda pista.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 015/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica alterado o Memorial Descritivo contido no artigo 1° da Resolução n° 058/90, de 28 de agosto de 1990, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - ...

Começa no encontro dos Rios Putunã e São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue pelo Putunã a montante até a sua cabeceira alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do Município

de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul da Serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e Ribeirão Mato Preto e, de outro, para o Ribeirão do Rocha; com o Município de Adrianópolis;

Começa no encontro dos Rios Putunã e São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue pelo São Miguel a montante até a foz do Ribeirão Feio, sobe por este até sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o Ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do Ribeirão do Pinhal; donde em reta, também por uma linha seca, no sentido nordeste-sudoeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do Ribeirão Tingui, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do Rio do Rocha".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) ANIBAL KHURY.

Of/DPE/036/91 PROC.Nº 0364/90

Rio de Janeiro, 05 fevereiro de 1991.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Anibal Khury  
DD:Presidente da Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

Prezado Senhor

Reportando-nos à solicitação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, informamos que na área territorial do pretense Município de Tunas, obedecendo os limites

"Começa no encontro dos Rios Putunã e São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue pelo Putunã a montante até a sua cabeceira alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do Município de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul da serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e Ribeirão Mato Preto e, de outro, para o Ribeirão do Rocha, com o Município de Adrianópolis;

Começa no encontro dos Rios Putunã e São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue pelo São Miguel a montante até a foz do Ribeirão Feio, sobe por este até sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o Ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do Ribeirão do Pinhal;

Donde em reta, também por uma linha seca, no sentido nordeste-sudoeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do Ribeirão

Tingui, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do rio Rocha",

A população residente estimada, para 01 de julho de 1990, é de 5.064 (cinco mil e sessenta e quatro) habitantes.

Em contrapartida, na área residual do Município de Bocaiúva do Sul, município de origem da pretensa unidade político-administrativa, a estimativa da população residente, em 01 de julho de 1990, é de 8.552 (oito mil, quinhentos e cinquenta e dois) habitantes.

Ademais, segundo os registros do Censo Demográfico de 1980, na área descrita, o centro urbano era constituído por 52 domicílios e 60 prédios.

Finalizando, após verificação, existe registro de topônimo correlato ao de "Tunas" em outra Unidade da Federação.

Aproveitamos o ensejo para apresentar nossos protestos de distinta consideração.

LENILDO FERNANDES SILVA

Diretor da

Diretoria de Pesquisas - DPE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 021/91

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Cláudio Lachini.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado propõe a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Cláudio Lachini, pelos relevantes serviços que prestou ao nosso Estado nestes quase sete anos em que vem dirigindo a sucursal de Curitiba do jornal "Gazeta Mercantil".

"É o caso de se perguntar: o que teria Pero Vaz de Caminha escrito, em vez de descrever a exuberância da nova terra descoberta na Bahia, se as naves lusitanas houvessem aportado mais ao Sul e os descobridores tivessem subido a Serra do Mar e percorrido as terras cobertas de araucárias?", escreveu perguntando o jornalista Cláudio Antonio Lachini, recém nomeado diretor da sucursal da "Gazeta Mercantil" em Curitiba no primeiro caderno especial deste jornal no Paraná, "A aposta no quinto Estado", publicado em 24 de julho de 1984.

A sua pena, nesses sete anos, se encarregou da resposta. Reportando os fatos

econômicos, políticos e empresariais do Estado, publicando vinte cadernos especiais (verdadeiras radiografias da economia paranaense, úteis não só para o conhecimento, mas para o debate desta realidade), assinando artigo igualmente instigantes, proporcionando enfim um fórum diário com informações do Paraná nas páginas de um jornal de circulação nacional.

A contribuição editorial da sucursal que dirige para o progresso deste Estado já foi reconhecida em outras oportunidades por esta Casa, com láureas registradas em seu livro de atas. A comunidade paranaense compreende esta contribuição e responde à altura: a sucursal da "Gazeta Mercantil" cresceu e apareceu. Quando Lachini aqui chegou, em maio de 1984, sua empresa mantinha apenas dois funcionários em Curitiba: um correspondente, que trabalhava havia cinco anos na cidade, e a encarregada pela limpeza da sala, que funcionava na Rua Quinze. A sucursal tem hoje 43 funcionários registrados e Curitiba é a mais nova Capital, além de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, a imprimir simultaneamente com o centro gerador do jornal, São Paulo, através de moderno transmissão a laser. Cresce ainda mais a importância deste jornal de negócios na vida da comunidade paranaense.

Mas Lachini, nascido a 22 de março de 1941 em Alfredo Chaves, Espírito Santo, merece o reconhecimento desta Assembléia por ser um profissional, com vivência mundial, que se fez por opção própria um cidadão paranaense. Fincou raízes no bairro de Santa Felicidade, que tão bem combina com sua genealogia, semeada no Norte da Itália. Mora em Curitiba com a esposa e dois filhos, participando de sua vida de forma intensa. Lachini combina sua atividade profissional com esforços pela melhoria econômico e social do Estado. Ou, com todo o esmero ético que se exige de um bom jornalista, realiza seu trabalho voltado para este progresso. Assim agiu quando, em agosto de 1986, viajou para a União Soviética reportando ações do então governador João Elísio Ferraz de Campos, buscando atrair investimentos daquele País para o Estado. Ou, em dezembro de 1987, quando documentou os contatos da comitiva oficial do Paraná no Canadá, para a implantação da Ferrovia da Produção (Ferroeste). Ou em inúmeras outras oportunidades, em campanhas de interesse comunitário do Paraná, quando o fazer jornalístico, competente, interfere. E ajuda.

O currículo profissional deste jornalista que adora escrever crônicas em italiano dispensa comentários. De 1963 a 68, foi chefe da Divisão de Divulgação e do Serviço de Imprensa Universitária da Universidade Federal do Espírito Santo. Em

66, formou-se em Ciências Jurídicas, sendo orador de sua turma na mesma universidade, onde também obteve o prêmio de Literatura Contemporânea (1965). Fez parte da criação da revista "Veja", onde trabalhou como repórter em 1968/69 e colaborou na revista Realidade, da mesma editora, a Abril. Em 1969/70, foi redator da Nacional de Propaganda Ltda., de São Paulo, onde também trabalhou em 1971, como copy-desk de "O Estado de São Paulo". De dezembro deste ano a 1974, exerceu a função de secretário de redação das revistas "Varejão" e "Expansão". Por mais de cinco anos (de 74 a 79) foi secretário e secretário geral de redação da "Gazeta Mercantil". Nesse período fez viagens profissionais aos principais países da Europa (Áustria, França, Itália, Inglaterra, Espanha, Portugal e Suíça) e também aos Estados Unidos, México, Argentina, Chile, Peru e Irã. Em junho e julho de 1979, visitou os Estados Unidos como convidado do Departamento de Estado. Em setembro daquele ano, passou a desempenhar a função de diretor de redação das revistas "Administração e Serviços", "Balanço Financeiro", "Dados e Idéias", "Balanço Anual" e "Fórum Gazeta Mercantil", da Empresa Jornalística Gazeta Mercantil. Participou da criação do programa de televisão "Crítica e Autocrítica" e do projeto de "Videotexto", todos da mesma empresa jornalística. Em janeiro de 1984, foi nomeado diretor da sucursal de Curitiba da "Gazeta Mercantil".

Foi este jornalista que o Paraná recebeu. Premiado: em 1973, a equipe da qual era secretário de redação recebeu o Prêmio Esso de "Maior contribuição ao desenvolvimento da imprensa no Brasil", em 74, o mesmo prêmio foi atribuído à Gazeta Mercantil, da qual era secretário de redação. Com bagagem: como jornalista, entrevistou inúmeras personalidades; participou de debates em diversas universidades no Brasil e no exterior; trabalhou em fotografia, rádio, televisão, publicidade. Este jornalista, sensível, que o Paraná recebeu, escreve poemas, já fez cinema amador e teatro universitário.

É este jornalista que está à frente de equipes que têm "revirado" o setor econômico do Paraná, com publicações especiais, respaldadas pela pesquisa e por um intenso trabalho de reportagem. Esses estudos, traduzidos de forma jornalística, objetiva e real, são denominados relatórios e têm colocado à mostra a identidade estadual, seu perfil em todas as regiões. E, em consequência, promovido a integração do Estado através do conhecimento e do debate de informações. Através de vida inteligente, como é direito e dever de empresas jornalísticas.

É este o jornalista que, a cada dia de



trabalho, dirigindo as equipes editorial e comercial da sucursal da "Gazeta Mercantil" em Curitiba, responde a pergunta que fez não só aos milhares de leitores deste jornal na edição de 24 de julho de 1984, mas principalmente a ele mesmo. Ele sabe o que escrever. E o Paraná sabe da sua importância. Vamos atestá-la em lei!

PROJETO DE LEI 022/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, com sede e foro em Curitiba (PR).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25.02.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma Entidade que tem por finalidades o avivamento espiritual das forças evangélicas no Brasil e no mundo, a promoção da educação cristã e a realização de obras de ação social.

O referido Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico constitui-se em uma entidade filantrópica e educacional, sem qualquer finalidades lucrativas, e que visa o atendimento geral de pessoas pobres e sem recursos com posterior distribuição de gêneros alimentícios, roupas e medicamentos.

PROJETOS DE LEI N° 023/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida uma pensão, equivalente a 02 (dois) salários mínimos, a Senhora Maria Luíza Petry, viúva do ex-Prefeito Municipal de Clevelândia - PR.

Art. 2º - A pensão a que se refere o artigo anterior deixará de ser devida, caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE LEI N° 024/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada a Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, a implantar laboratórios de prótese dentária

nos Postos de Saúde para atender necessidades complementares nos tratamentos odontológicos ali efetuados.

Art. 2º - Será implantado um laboratório por Município.

Parágrafo Único - Nos Municípios em que o número de habitantes for superior a cinquenta mil, os laboratórios serão em número de dois.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social, tem o prazo de cento e oitenta dias a contar desta lei, para regulamentar e implantar o serviço laboratorial.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A saúde em nosso País não mais merece ser assim chamada, devido ao descaso com que vem sendo tratada pelos nossos governos e autoridades ligadas à área.

Em nosso programa de rádio temos desenvolvido campanhas de doação de prótese dentárias, conhecidas por dentaduras a milhares de pessoas, sendo que, diariamente acorrem ao nosso local de trabalho radiofônico pessoas carentes solicitando esse tipo de serviço.

Sabemos que o ideal seria uma campanha em nível nacional para que se diminua as cáries dentárias dos brasileiros e vamos lutar para que isso ocorra. A conscientização da população da forma de usufruir de um processo de higiene bucal deve ser meta das autoridades de saúde em termos nacionais.

Conhecendo todas as dificuldades enfrentadas pela nossa população em termos de atendimento e esclarecimento próprios da saúde pública, é que propomos este Projeto. Se não é totalmente sanados dos problemas causados é ao menos reparador de um grande mal de saúde.

Sabendo que os nobres Parlamentares são pessoas preocupadas e interessadas nas boas condições com que devem ser tratados os paranaenses é que contamos com seu apoio, para que todos os que precisam deste tipo de serviço o recebam em seu Município.

PROJETO DE LEI N° 025/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o Memorial Descritivo contido no artigo 2º da Lei n. 9236, de 30 de abril de 1990, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

Começa no encontro dos Rios Putumã e



São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue o Putunã a montante até a sua cabeceira alcançar a Serra da Bocaina e segue pela cumiada desta à divisa do Município de Cerro Azul; com o Município de Cerro Azul da Serra da Bocaina segue pela cumiada do divisor de águas que afluem, de um lado para o rio Ponta Grossa e Ribeirão Mato Preto e, de outro, para o Ribeirão do Rocha; com o Município de Adrianópolis;

Começa no encontro dos Rios Putunã e São Miguel, formadores do Rio Uberaba, segue pelo São Miguel a montante até a foz do Ribeirão Feio, sobe por este até sua cabeceira mais alta, donde, em reta por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança o Ribeirão Forquilha, subindo por este até a foz do Ribeirão Pinhal;

Donde em reta, também por uma linha seca, no sentido nordeste-sudoeste, alcança o rio São Sebastião, na foz do Ribeirão Tingui, sobe por este até a foz do Ribeirão das Pedras e este até a sua cabeceira, donde em reta, ainda por uma linha seca, no sentido leste-oeste, alcança a cabeceira do Rio Rocha"

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.02.91

(a) ANIBAL KHURY

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do Expediente.

Resposta à questão de ordem levantada na sessão de 20 de fevereiro de 1991, pelo Excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Maia. (Lê):

"Questão de ordem formulada pelo Excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Maia, do Partido Socialista Brasileiro, contesta o critério adotado pela Mesa ao aplicar o quociente que determina o número de participantes por Partido, na Comissão de Constituição e Justiça.

Alega o eminente Deputado que o critério adotado para estabelecer o número final de integrantes, por Partido, é descabido e que não se deu atenção ao disposto no parágrafo único do Art. 31 do Regimento Interno, que, segundo seu entendimento, faria com que o PSDB fosse contemplado com uma vaga naquela Comissão.

Passo a decidir.

O critério adotado pela Mesa para a determinação da participação partidária na composição das Comissões Permanentes, muito especialmente a Comissão de Constituição e Justiça, é o mesmo que foi consagrado pelo uso nesta Casa, já há algumas legislaturas, sem que, em qualquer momento anterior, fosse contestado.

Não há, quanto a este fato, qualquer diferença entre o Regimento Interno anterior e o atual.

É de ressaltar também, que tanto a Constituição Federal como a Estadual, não exigem participação de todos os Partidos nas Comissões, mesmo porque isto é muitas vezes impossível, mas sua representação proporcional, atingido o índice mínimo exigido.

Para esclarecer este ponto, citamos aqui o dispositivo similar da Câmara dos Deputados, contido no art. 25 do seu Regimento Interno, que esclarece o assunto:

"Art. 25 - Quando a Bancada de um Partido não possuir o número requerido para ter, pelo menos, um representante na constituição de uma Comissão, de acordo com o critério da proporcionalidade, a ela é facultado, bem como à de um partido em situação similar, que se reúnam para efeito de escolha de um representante dentro daquele critério."

O quociente para a participação nas Comissões, como se vê é o nível mínimo a ser atingido, para que um Partido possa delas fazer parte.

O disposto no parágrafo único do Art. 31, como se depreende da citação do dispositivo federal, só contempla, no caso de haverem muitos Partidos ou Blocos Parlamentares, aqueles que, ainda não representados, houvessem porventura atingido o limite necessário.

Foi exatamente prevendo os casos de que um partido não conseguisse atingir índice exigido para participar das Comissões ou estabelecer sua estrutura de liderança, que o Regimento Interno facilitou a formação de Blocos Partidários.

É bom, ainda, que se saliente que, não adotado o critério de arredondamento, como se faz nesta Casa, nem PT, nem PL, nem PSDB, teriam o direito de se fazer representar na Comissão de Constituição e Justiça.

Este Legislativo, portanto, valendo-se da prática da aproximação, consagrada pelo uso, tornou mais democrática a representatividade partidária na formação das Comissões, mas obedecendo sempre a proporcionalidade exigida pela Constituição Estadual.

Como se justificaria, num exame das proporções, que se concedesse uma vaga no PSB, com o seu índice de 0.277 sem que tivesse atingido o quociente mínimo exigido, e se deixasse de conceder uma nova vaga a partidos que apresentam em seus índices uma sobra decimal maior?

Estes, sim, talvez tivessem uma maior razão em reclamar.

Concluindo, julgo sem procedência a presente questão de ordem, por não haver obrigatoriedade constitucional de representação de todos os Partidos nas Comissões Permanentes desta Casa, e levando em consideração que, dentro da proporcionalidade exigida, não alcança o PSB o quórum

necessário para que possa se fazer representar na Comissão de Constituição e Justiça."

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Pela vez primeira ocupo esta tribuna e o faço com muita honra e com muito orgulho, na busca sempre de que o bom senso, o equilíbrio e o não radicalismo em busca da verdade com coragem, façam a tônica das minhas orações nesta Casa.

Ocupo este pequeno espaço hoje para abordar dois assuntos que acho muito importantes: inicialmente, ao ouvir as orações dos companheiros Deputados aqui da Casa, no tocante à falta de segurança em alguns municípios, tenho a lamentar que hoje, com a presença aqui do Prefeito de Terra Roxa, nos traz a afirmativa de que não só em Irati ou em outro Município que me falha a memória o privilégio da insegurança tem sido o forte nestes municípios.

Em Terra Roxa, município vizinho com a fronteira do Paraguai, o descaso da Polícia ou da Secretaria de Segurança para com a segurança deste município tem contribuído, inclusive, para que o município seja alvo até de anedotas, vez em que, nesta semana próxima passada, dois veículos da Prefeitura, dois caminhões da Prefeitura e uma pá carregadeira foram roubados e passados para a fronteira vizinha. Se não fosse alarmante, chegaria a ser jocosa a colocação de tamanha insegurança nesse vizinho município.

Fica aqui o nosso protesto e o registro para que, no momento em que as providências forem tomadas, nós ainda hoje encaminharemos um requerimento, seja pelo menos do conhecimento dos nobres companheiros aqui da Casa.

Mas, o problema que, realmente, me faz ocupar esta tribuna hoje diz respeito ao saneamento básico em nosso Estado, uma vez que temos assistido pela televisão, ao término da gestão do atual governo, que houve efetivamente um progresso muito grande no que diz respeito ao abastecimento de água e esgoto em nosso Estado, em que pese a brilhante atuação do atual Presidente da SANEPAR, Dr. Normann de Paula Arruda. Ao buscar constantemente recursos do Governo Federal, esta Companhia, bem como o saneamento neste Estado, vem sofrendo um colapso bastante grande, até porque as obras de infra-estrutura, infelizmente por serem subterrâneas, não permitem muitas vezes a colocação de logotipos personalísticos deste ou daquele Governo, o que relega sem dúvida alguma a segundo e terceiro planos um problema de tamanha gravidade, num País onde ainda se

morre de dengue.

Fala-se muito na conclusão dos sistemas Passaúna 1 e Passaúna 2. A conclusão do sistema Passaúna 2, prevista para daqui há dois anos, pouco ou quase nada viria minorar esse desabastecimento de água que vive o nosso Estado, até porque, principalmente no sistema de esgoto, 60% da população urbana do nosso Estado é desassistida por esse sistema.

É evidente que esta preocupação é alarmante e fica aqui, além deste registro, o meu compromisso de, juntamente com os senhores, independente de coloração partidária, no momento em que se antevê investimentos por parte do Governo Federal nesta Companhia de Saneamento, eu quero, com todo o respeito e com toda a humildade, colocar aqui às diversas Comissões e a todos os companheiros Deputados, pertencentes a independentes regiões municipais, não só o meu apelo, mas o meu trabalho e a minha humilde experiência nesse setor, porque acredito que esta é a maneira, para que nós efetivamente demonstremos e comprovemos que o Paraná ainda é rico também em homens capazes.

Vale dizer ainda, que temo que a partir do momento em que os diversos municípios acordarem para um grave problema e simples problema comercial, de que a independência nos seus municípios desta Companhia de Saneamento fará sem dúvida com que a tarifa seja mais baixa e isto já está acontecendo em nosso Estado, nós, automaticamente, com a extinção do Planas em Brasília, vamos permitir com que os próprios municípios façam seus investimentos através dos seus Deputados e através do Governo Federal, façam aí sim, os seus investimentos a nível de abastecimento e de infra-estrutura das suas cidades com um menor custo e com a mesma facilidade que se faz qualquer tipo de empréstimo ou investimento no seu município.

Coloco e reitero este apelo mais uma vez e coloco-me à inteira disposição para que juntos possamos demonstrar que nós todos visamos o bem do nosso Estado, pois com isso estaremos demonstrando que somos homens de bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O trabalhador brasileiro e, em especial o paranaense, espera muito dos homens e mulheres deste Legislativo, deste Parlamento, destes homens e mulheres que com-

põem o mesmo. Resolvemos o seu problema de saúde, habitação, educação, quando fomos pedir o seu voto nos palanques e nas praças públicas. Não podemos decepcioná-lo, primeiramente porque ele acreditou em nós, constituindo-se seus representantes, pela legitimidade do voto; depois porque traído pelas promessas fantasiosas de um Paraná pujante e de um Brasil sem fome e sem inflação, encontra-se agora na mais abjeta condição da história de todos os tempos. E saibam, Srs. Deputados, não foi ele quem escolheu esse caminho; o fardo cruel foi-lhe imposto pela perspicácia e pela incompetência de nossos governantes maiores que, hoje, aproveitam-se da crise do Golfo Pérsico para descamisá-lo de vez e matá-lo de fome. De fato, os descálços e descamisados estão se acabando pois a fome e a miséria os destrói a cada dia.

As sempre motivadas investidas do Imperialismo Americano sobre os povos menos afortunados, na eterna ambição de dominá-los e mantê-los subjugados em verdadeiros massacres de extermínio humano, tudo em nome da paz, constituem-se com a guerra do Golfo Pérsico, na gota d'água para o novo Plano Collor em detrimento mais uma vez do trabalhador. A guerra do Golfo Pérsico, além de dar vazamento à sanha, sobretudo, do Imperialismo Norte-Americano contra o Iraque, serviu de pretexto ao Presidente Collor, serviu de pretexto à majoração brutal de todos os preços, no mesmo instante em que foram congelados os salários dos trabalhadores.

O PSB condena os Estados Unidos nessa guerra que promovem contra o Iraque, sob o patrocínio da ONU, que sempre foi sua defensora. Entendemos que os governos dos Estados Unidos, da Inglaterra, de Israel, do Egito, da União Soviética, da Arábia, da França, da Alemanha, do Japão, da Turquia e da Argentina, entre outros, são sócios da carnificina da guerra para extorquir petróleo, às custas de milhares de vidas. Sabemos que a pequena produção de petróleo nos Estados Unidos para o seu consumo próprio, hoje em torno de 50% e os interesses expansionistas da Inglaterra e de Israel, na região do Golfo Pérsico, são a causa principal que gerou esta guerra que incrementou a inflação e a recessão no Brasil e no mundo inteiro.

Em socorro das milhares de vidas que se perdem na injusta guerra do Golfo Pérsico, e em nome da paz que pregamos, solicitamos aos nobres companheiros da Assembleia Legislativa do Paraná que aprovem a moção pela paz no Golfo Pérsico, que entendemos ser um grito do Parlamento do Paraná em favor da paz e o encaminhamos ao Itamarati, a fim de que o Governo do Brasil interfira junto às autoridades inter-

nacionais pela cessão dessa guerra e o re-encontro do caminho da paz.

Conforme afirmamos acima, o Governo da Nação aproveitou-se da desgraça que se abateu sobre o Golfo, geradora da crise mundial que nos atingiu e faz crescer a inflação e a recessão, carregando o trabalhador com o peso de mais um "pacote econômico". Essa é a política geradora da miséria e das grandes injustiças socio-econômicas, que sempre recai no bolso dos trabalhadores.

O PSB condena veementemente o Plano Collor I e II, como repudiou todos os demais planos, juntamente com as mirabolantes promessas deste Governo que, valendo-se da ingenuidade e desespero da massa trabalhadora, prometeu-lhes mundos e fundos - envolvendo-a emocionalmente -, para depois, tirar-lhe o pouco que lhe restava.

O PSB alerta agora para a falsidade desse novo pacote econômico, no qual, como diz a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, os "salários, as necessidades dos trabalhadores e de suas famílias foram apenas um detalhe". Este, o desrespeito com que se tratam trabalhadores e famílias, em favorecimento - sempre, do capital.

No mesmo dia (13.02.91), em que o "Jornal do Brasil" anunciava que os preços ficam reajustados em 100% no mês de janeiro de 1991, o Governo Brasileiro impõe novo "congelamento" de preços (ironia ou falta de seriedade?). Mais uma vez o tarifaço imposto sai do bolso dos trabalhadores, que pagarão mais caro pelos serviços essenciais: transporte, água, luz elétrica, gás de cozinha e outros, enquanto os salários ficam, realmente, congelados. A unificação da data-base unificada era uma reivindicação ansiosamente esperada pelos trabalhadores. Entretanto, atente-se para a perspicácia adotada na concessão desse benefício: instituíram-se duas datas-básicas para as reposições (que não são aumentos) de salários, marcadas para janeiro e julho, meses em que a atividade industrial se encontra em baixa, e os trabalhadores desmobilizados, porque em recesso.

Verdadeiro truste; engodo institucionalizado ou presente grego, como queiram os senhores, contempla outra vez a classe trabalhadora.

A criação de fundos de investimento a longo prazo pode ser uma outra farsa, pois o governo não dispõe de nenhuma política de investimentos a longo prazo e nem tampouco de nenhuma política de desenvolvimento ou política industrial séria. Por enquanto, todas as medidas baixadas por este governo, em nada contribuíram para a diminuição dos preços dos produtos e do custo de vida.

A inflação deste mês chegou a 20,21%, enquanto os salários estão congelados. Ainda pesa sobre os trabalhadores a mão ligeira que carregou os 84,32% da inflação de março de 1.990, que não lhes foram repostos. Depois de um ano de governo Collor, fica apenas a promessa, feita no dia da posse, de que haveria de acabar com a inflação em três meses de governo. Nada disso aconteceu.

Agora, novo confisco na medida de correção dos salários pela média de inflação dos últimos 12 meses. Esse "mecanismo provocará, inevitavelmente, mais reduções no salário real".

Hoje, não sabendo onde mais tirar dos trabalhadores, o governo parte para a privatização e/ou extinção das estatais. A medida gera o terror da demissão a 12.120 funcionários do Sistema Eletrobrás, no Brasil, com o fechamento de 200 agências e postos, só no Paraná. Mais uma vez, fica demonstrado que não é este pacote que deverá resolver os problemas da inflação e da recessão.

O PSB denuncia as medidas de cunho monetarista do atual governo, porque não atacam de frente os problemas estruturais que afetam a sociedade brasileira, tais como: a perversa distribuição de renda; a concentração da propriedade fundiária; os baixos salários e a miséria que dizima a massa trabalhadora causas responsáveis pela crise econômica que vem estrangulando o Brasil, de maneira assustadora. As novas medidas econômicas não resolverão a inflação, nem a recessão e nem, tampouco, devolverão a esperança ao trabalhador ou à nação brasileira, que se recenem de uma política séria, hábil e de soluções concretas.

"O PSB considera que, sem engajar a sociedade e os trabalhadores num profundo programa de mudanças estruturais não haverá saída para a crise".

Quero aqui me reportar também neste momento a uma preocupação que vi levantada na sexta-feira, na reunião da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, onde ali pudemos assistir a preocupação de diversos Prefeitos, que se soma a esta que aqui vamos também denunciar deste plenário. Temos certeza que esta preocupação se prende também aos nobres Parlamentares que aqui se encontram, porque suas respectivas regiões serão também atingidas quando a proposta do fechamento de mais de duzentos postos de atendimento do Banco do Brasil acontecer.

(Lê).

O Banco do Brasil, nos seus 182 anos de existência, dedicados à serviço da Pátria e do povo, sempre foi um banco de desenvolvimento, de fomento econômico, notadamente na área rural.

Presente nos 5 continentes, sempre foi um instrumento indispensável às importações e exportações brasileiras, fornecendo apoio financeiro e técnico ao comércio internacional.

Internamente, na qualidade de agente financeiro, é executor da política monetária do governo federal, sempre atuou no mercado como regulador das taxas de juros, IPSO FACTO, mal visto pelos concorrentes privados, ávidos por mais e mais lucros.

É uma empresa superavitária, não obstante os boicotes e imposições políticas que vem sofrendo ao longo do tempo.

O Cônsul da Venezuela no Brasil declarou no final do ano passado: "Eu queria ter no meu país o número de funcionários públicos qualificados que o Banco do Brasil tem."

Agora a diretoria do Banco do Brasil decidiu fechar agências, postos de crédito rural, seções externas e postos de atendimento, num total de 1.596 unidades em todo o Brasil.

A direção do Banco do Brasil segue a orientação e atende às exigências do governo neo-liberalizante e privatizante do Senhor Collor de Mello, que na sua cruzada neo-liberal pretende lotear o estado brasileiro, vendendo ao grande capital dominante, nacional e internacional.

Não tenham dúvidas: esse é um passo dado em direção à venda do Banco do Brasil.

O Governo Collor perdeu o timão. O Ministério da Economia, Sr. Fernando Afonso de Mello, errou a pontaria do único tiro de que dispunha, segundo ele mesmo: atirou no tigre da inflação e acertou no povo trabalhador.

Mas se os problemas nacionais não forem resolvidos, pelo menos ele representa bem a classe que lhe deu origem e lhe dá sustentação: Os ricos ficam mais ricos...

Já se especula para onde irão os fisiológicos, sem princípios e sem ética política e privada, com o naufrágio da nave governista.

No Paraná, estão ameaçadas de fechamento as agências de - por dados colhidos de fontes seguras de dentro do Banco do Brasil:

- Antonina;
- Cândido de Abreu;
- Carlópolis;
- Atalaia;
- Avenida São Jorge - Prudentópolis;
- Bairro da Cango - Francisco Beltrão;
- Bairro Vila Oliveira - Rolândia;
- Baixada - Pato Branco;
- Balsa Nova;
- Barra do Jacaré;
- Barra Grande - Itapejara do Oeste;
- Barra Grande - Planalto;

- Bela Vista;
- Bela Ventura;
- Boa Vista da Aparecida;
- Braganey;
- Cambira;
- Camifra;
- Candeia;
- Carboneira;
- Casa Azul;
- Centro Novo - Planalto;
- Cidade Azul - Dois Vizinhos;
- Conciolândia;
- Corumbataí do Sul;
- Cruzmaltina;
- Diamante do Norte;
- Diamante do Oeste;
- Eldorado;
- Encantado;
- Farol;
- Fazenda Rio Grande - Mandirituba;
- Fênix;
- Fernandes Pinheiro;
- Flor da Serra - Palma Sola;
- Flor da Serra - Medianeira;
- Floresta;
- Florestópolis;
- Guairacá;
- Guamiranga;
- Guamirim;
- Guaraci;
- Inajá;
- Indianópolis;
- Industrial - Francisco Beltrão;
- Itacolomi;
- Ivaí;
- Jacutinga;
- Jesuítas;
- Juranda;
- Jussara;
- Kaloré;
- Lageado;
- Lobato;
- Luiziana;
- Lunardelli;
- Malu;
- Marabá;
- Marilena;
- Matinhos;
- Nova Concórdia;
- Nova Mercedes;
- Nova Olímpia;
- Nova Prata do Iguaçu;
- Nova Tebas;
- Ourizona;
- Palma Sola;
- Palmeirinha;
- Palmital;
- Panema;
- Paraná do Oeste;
- Pato Bragado;
- Pinhal de São Bento;
- Pirapó;
- Planaltina do Paraná;
- Pranchita;
- Quatiguá;

- Quinta do Sol;
- Ramilândia;
- Rancho Alegre;
- Renascença;
- Rio Bom;
- Rio Novo;
- Roça Grande;
- Rosário do Ivaí;
- Rua Dezenove de Dezembro - Irati;
- Sagrada Família - Planalto;
- Salão da Catedral - Apucarana;
- Santa Amélia;
- Santa Bárbara;
- São Carlos do Ivaí;
- São João do Caiuá;
- São Jorge do Patrocínio;
- São Luiz;
- São Manoel;
- São Roque;
- São Sebastião da Amoreira;
- São Tomé;
- São Valério;
- Saudade;
- Sede Alvorada - Cascavel;
- Sertaneja;
- Sulina;
- Três Barras do Paraná;
- Tupãssi;
- Ventania;
- Vidal Trevisan;
- Vieiras;
- Vila Alta - Icaraíma;
- Vila Nova - Toledo;
- Vila Pioneira - Toledo;
- Vila Rica do Ivaí - Icaraíma;
- Vila Yolanda - Ubatuba;
- Bairro Nova Rússia - Ponta Grossa;
- Bairro Pinheirinho - Industrial (aqui em Curitiba);
- Bairro Rebouças - Curitiba;
- Cafelândia;
- Carambei;
- Centro Cívico - Curitiba;
- Champagnat - Curitiba;

Os postos avançados de crédito rural de:

- Adrianópolis;
- Agudos do Sul;
- Antonio Olinto;
- Boa Esperança;
- Bocaiúva do Sul;
- Bom Sucesso;
- Cafezal;
- Califórnia;
- Cerro Azul;
- Congonhinhas;
- Curiúva;
- Douradina;
- Doutor Camargo;
- Florai;
- Inácio Martins;
- Leopoldo;
- Mariópolis;
- Missal;

- Nova Fátima;
- Nova Santa Rosa;
- Paula Freitas;
- Sabáudia;
- Salgado Filho;
- Salto do Itararé;
- Santa Fé;
- São Jerônimo da Serra;
- São Jorge do Oeste;
- Sapopema;
- Tamarana;
- Tapira;
- Verê;
- Xambrê;
- Vera Cruz do Oeste.

Os postos de atendimento e seções externas de:

- Adhemar de Barros;
- Água Boa;
- Altamira do Paraná;
- Alvorada;
- Aparecida do Norte;
- Cruz Machado;
- Enéas Marques;
- Francisco Alves;
- Ivaí;
- Maria Helena;
- Mariluz;
- Pérola do Oeste;
- Planalto;
- Quitandinha;
- Ribeirão Claro;
- Rio Azul;
- Santa Cruz M. Castelo;
- São José da Boa Vista;
- Teixeira Soares;
- Tomazina;
- Tuneiras do Oeste;
- Bituruna;
- Contenda;
- Grandes Rios;
- Ipiranga;
- Itambaracá;
- Itapejara do Oeste;
- Mallet;
- Mandirituba;
- Nova Cantu;
- Palmital;
- Pérola;
- Querência do Norte;
- Rebouças;
- Reserva;
- Rio Branco do Sul;
- Roncador;
- Salto do Lontra;
- Santa Izabel do Oeste;
- Santana do Itararé;
- São João do Triunfo;
- Sangés;
- Siqueira Campos;
- Tapejara;
- Tijucas do Sul;
- Itambé;
- Jardim Sabará - Ponta Grossa;

- Juvevê - Curitiba;
- Piraquara;
- Ponte da Amizade - Foz do Iguaçu;
- Praça Carlos Gomes - Curitiba;
- Praça Raposo Tavares - Maringá;
- Rua Cândido de Leão - Curitiba;
- Rua Dr. Colares - Ponta Grossa;
- Santa Terezinha de Itaipu;
- Seminário - Portão;
- Vila Casoni - Londrina.

Todos aqueles que conhecem a economia e a vida no interior sabem que os municípios têm uma história sócio-econômica até a inauguração de uma agência do Banco do Brasil; e têm outra história a partir daí.

O Banco do Brasil sempre atuou como verdadeira alavanca de desenvolvimento nacional e de apoio aos produtores rurais e pequenas comunidades.

A presença do Banco do Brasil é fator multiplicador de produção e, por esta via, altera sensivelmente, para melhor, as condições sociais.

Há que se destacar a atuação do FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento Comunitário, um programa participativo que envolve os governos municipais, estaduais e a própria comunidade beneficiada, e que já atendeu a centenas de vilas e lugarejos só no Paraná.

Por uma e outra via, entre várias outras, é imensurável a contribuição desse Banco, que é patrimônio nacional, na fixação do homem ao campo e às cidades interiores, reduzindo o êxodo rural; diminuindo a transferência para os grandes centros urbanos; e evitando o agravamento da crise social contemporânea.

Esta decisão é um retrocesso na política de desenvolvimento que ao governo federal diz que vai implantar.

É um golpe na produção rural.

Estão retirando a função social e econômica do Banco do Brasil.

Ele não pode integrar o clube dos banqueiros especuladores agiotas.

Apelo às autoridades constituídas, governador, prefeitos, deputados e vereadores, para o superintendente do Banco do Brasil no Paraná Sr. Ernesto Capozzi, para essas comunidades, para que se organizem e lutem para a manutenção dessas unidades.

Porque, sem elas, perde o Povo do Paraná e do Brasil.

Estou remetendo a Presidência dessa Casa requerimento para que seja encaminhada a nossa mensagem ao Senhor Presidente da República, à Ministra da Economia, ao Presidente do Banco do Brasil, ao Superintendente do Banco do Brasil, no Paraná, às Prefeituras, às Câmaras Municipais e Agências do Banco supra citadas.

Hoje Banco do Brasil, amanhã Caixa Econômica Federal, e assim outros mais ao preço da imposição do Fundo Monetário In-

ternacional e dos grandes capitais nacionais e internacionais.

E nesse momento faço a leitura, para este Plenário do requerimento que estou encaminhando à Presidência da Casa, para ser submetido a aprovação do Plenário. (PASSA A LER O REQUERIMENTO) -

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ:

Paulo Maia de Oliveira, infra-assinado, encaminha respeitosamente à Presidência desta Casa "Moção em Defesa do Banco do Brasil e dos Interesses do Paraná", no intuito de que Vossa Excelência submeta à aprovação dos demais integrantes desta Assembléia e, em seguida, envie a mensagem constante do pronunciamento efetuado e a Moção ao Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello; a Senhora Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello; ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro; ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, Ernesto Capozzi; além de a todas as Pefeituras, Câmaras de Vereadores, Agências e Postos do Banco do Brasil dos Municípios relacionados no pronunciamento.

N. Termos

Pede Deferimento

Curitiba, 21.02.91

(a) PAULO MAIA DE OLIVEIRA

Essa é a moção que apresentamos ao Plenário.

MOÇÃO EM DEFESA DO BANCO DO BRASIL E DOS INTERESSES DO PARANÁ

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, diante do atual período de crise por que passa o povo brasileiro, desemprego, insegurança e perdas salariais, posiciona-se contrário ao fechamento das Agências, Postos de Atendimento do Banco do Brasil no Estado do Paraná, relacionados num total de 216 (duzentas e dezesseis). Na defesa do Banco do Brasil. Na Defesa do Paraná.

(a) PAULO MAIA DE OLIVEIRA

(TERMINA DE LER A MOÇÃO).

Da mesma forma Senhor Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos a esta Casa requerimento pela paz, no intuito de que Vossa Excelência, o Sr. Presidente, o submeta a aprovação dos demais companheiros desta Assembléia e em seguida, em nome deste Parlamento o remeta ao Itamarati, encarecendo ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, o faça chegar às mãos das autoridades mundiais envolvidas no movimento em favor da paz. E ao teor da nossa moção pela paz no Golfo Pérsico, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, preocupado com o desdobramento da crise no Golfo Pérsico, cuja guerra cruel, atroz, desumana e inconsequente está ceifando milhares de vi-

das inocentes e posiciona-se pelo imediato cessar fogo e pelo fim da guerra. Pela paz. Contra o imperialismo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite um aparte Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Pois não Deputado Algaci.

O SR. ALGACI TÚLIO - Queria cumprimentá-lo no momento em que Vossa Excelência utiliza a tribuna, trazendo realmente a sua preocupação, a sua aflição em relação a situação, especialmente dos funcionários do Banco do Brasil, e até mesmo das comunidades que receberam as agências e os postos de serviço do Banco do Brasil. Mais um problema social se avizinha com a desativação dessas agências, com desativação desses postos e conseqüentemente os municípios, que até então tinham essas agências, também passam a sofrer, até certo ponto um momento difícil na sua economia, porque terá dificuldades os seus moradores, os seus municípios em ir até uma outra agência bancária. Nós lamentamos profundamente essa situação, sabemos que a classe bancária está bastante apreensiva, aqui tivemos a desativação do BADEP, do BRDE, e agora mais essas agências do Banco do Brasil.

Então, quero deixar em meu nome, em nome do Deputado Algaci Túlio, que já foi também bancário e sabe a dificuldade que tem o bancário, ainda mais aquele que vai, que vai de uma cidade, vai para o interior do Estado para assumir as funções, de repente acaba tendo que voltar para a sua cidade novamente, tentando se reorganizar novamente. Então, é uma situação muito difícil, eu quero neste momento parabenizá-lo então, porque traz Vossa Excelência uma preocupação que é de todos nós, porque afinal de contas a desativação dessas agências, desses postos, só traz realmente prejuízo para os nossos Municípios. Parabéns.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado pela compreensão nobre companheiro. E nós já registramos aqui a preocupação, como disse o nobre companheiro, Excelentíssimo Deputado Algaci Túlio, a nossa preocupação com o problema social que vai gerar o fechamento dessas agências, como também nos preocupa neste momento a iniciativa que está tomando a Autolatina com a dispensa do número quantitativo de funcionários com os problemas sociais que advirão, porque ali não estarão apenas os funcionários, mas suas famílias, e também com o problema do Porto de Santos com a ameaça do Governo Federal em demitir mais de três mil funcionários.



Era essa a nossa posição Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:  
PSDB com a palavra.  
(Declina)  
PT com a palavra. Deputado Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Congresso Nacional, está essa semana discutindo um assunto que diz respeito diretamente a vida de milhões e milhões de brasileiros, da grande maioria do nosso povo, e porque não também dizer está discutindo aquilo que indiretamente interessa a todos os brasileiros sem nenhuma distinção. Todos sabemos que o Governo Collor que se instalou neste País no último dia 15 de março do ano passado, chegou ao poder falando em distribuir renda, falando em desenvolvimento, e o que vimos no decorrer de um ano foi o maior arrocho salarial já existente na história deste País, jamais, em momento algum desta República confiscou-se tanto salário da classe trabalhadora como agora, e o que é pior, jamais na história deste País tivemos tanta recessão, tanto desemprego, a ponto de entidades como o Dieese estimar que já para o mês de março poderemos ter 20% da população economicamente ativa deste País no desemprego, sem contar outros tantos milhões que sequer hoje conseguem sobreviver no mercado informal de trabalho. E o que é mais grave, esse Governo que promoveu o maior arrocho salarial, que promoveu a recessão o fez dizendo que tinha como objetivo combater o inimigo maior do povo brasileiro que era a inflação. Ora, Senhores, hoje nós temos, como eu disse, uma recessão profunda, como jamais vista na história deste País, temos um arrocho salarial como jamais visto na história deste País, e vemos infelizmente a inflação permanecendo dura, cruel, exatamente com seus efeitos sobre a classe trabalhadora aquela mais sofrida neste País. É preciso que nós tenhamos consciência de que este País não dispõe de uma estrutura social que permita tamanha perversidade sobre as classes menos favorecidas. Quando se fala em recessão num País como o Brasil não está se falando como se fosse nos Estados Unidos, nos Países da Europa, do primeiro mundo onde lá eles vão fazer um regime para perder as suas gordurinhas. Quando se fala em recessão, desemprego e arrocho salarial num país como o Brasil isso significa um aumento violento na taxa de mortalidade infantil, significa um aumento na criminalidade, na prostituição, um aumento nas doenças, um aumento no

desespero, uma grave ameaça de ruptura de todo tecido social.

Esse Governo, o Governo Collor que teve a oportunidade de consertar esse país, de pelo menos colocá-lo num outro caminho, que contou com o respaldo de 34 milhões de brasileiros nas últimas eleições, fracassou. E agora insiste em colocar esse País, definitivamente, rumo ao caos social. É por isso que nós do Partido dos Trabalhadores não podemos aceitar, de forma alguma, que a última medida provisória do Governo, a 295 que trata do congelamento de preços e salários seja aprovada como foi proposta pelo Governo. Os trabalhadores já deram demais, e esse país, é bom que fique claro, somente vai retomar o seu desenvolvimento, somente vai combater a recessão, aumentar o número de empregos se nós adotarmos uma política de recuperação salarial.

É por isso Srs. Deputados, que nós hoje apresentamos o requerimento, no sentido de que seja enviado expediente a todos os representantes do Paraná, no Congresso Nacional, e às Lideranças Partidárias; sentido de que, os nossos representantes em Brasília assumam o compromisso de resgatar a dignidade do povo brasileiro. Que esses Deputados rejeitem definitivamente o congelamento de salários, que está proposto na Medida 295, do Presidente Collor e, que se adote como emergência, fixando-se o salário-mínimo em vinte e cinco mil cruzeiros mensais, e que se crie nesse País, definitivamente, o Fórum Nacional de negociações envolvendo o Congresso Nacional, representantes dos trabalhadores, e dos empresários, para que em 120 dias esse País possa apresentar à Nação, digo, para que esse Fórum possa apresentar à Nação, uma proposta de recuperação de salário vinculada à cesta básica que garanta no mínimo a sobrevivência digna de tantos brasileiros que hoje, infelizmente está sendo negada.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra; PCB com a palavra; PFL, PRN.  
Com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na última quinta-feira, no programa "OI na tevê", o Governador Álvaro Dias dizia que o seu Governo foi maculado pela honestidade, pela seriedade e pela verdade. Nos últimos dias estamos vendo, na mídia propaganda com o slogan "Dever Cumprido", e se os nobres Pares prestaram a atenção, nenhuma obra foi inaugurada na cidade de Paranaguá, uma das dez maiores cidades do Estado do Paraná, com aproxima-

damente 150 mil habitantes.

Nenhuma obra foi criada durante os quatro anos do governo Álvaro Dias, para a cidade de Paranaguá.

Srs. Deputados, sendo então o Estado do Paraná, o exemplo nacional, um Estado com problema, mas o Estado que conseguiu o milagre econômico-administrativo, palavras ditas neste Plenário pelo nobre Governador do Estado, nada mais justo do que pedir a Sua Excelência, o Governador, que pague ao Município de Paranaguá, o que lhe é de direito: o ISS do Porto de Paranaguá, ao Município. ISS que não vem sendo pago desde 05 de outubro de 1988.

Nada difícil, acredito eu, para um Estado, com as contas sanadas e com o superavit em caixa. Com a promulgação da Constituição da República, em 05 de outubro de 1988, deixou de existir a imunidade tributária, que vedava a cobrança de impostos municipais das autarquias: Artigo 150, inciso 6º, parágrafo 3º, não dependendo de Lei Complementar.

No dia 09 de março de 1990, a Prefeitura de Paranaguá envia à Câmara Municipal, ofício anexando o Ofício à PC, 58/18 da Casa Civil, que traz os Pareceres 411/89, e 604/89 da Procuradoria Geral do Estado, sobre ISS a ser cobrado pela Prefeitura ao Porto de Paranaguá.

Senhores Deputados, em minhas mãos se encontram inúmeros recortes de jornais e documentos de portarias assinadas pelo Governador Álvaro Dias no dia 28.03 de 1990 as quais o mesmo Governador autorizava o seu Secretário de Transporte a pagar o que é de direito ao povo de Paranaguá. E eu gostaria de ler um trecho do jornal Indústria e Comércio de 30.03.90: "Para Álvaro Dias a retenção desses recursos no município é mais do que justa..." Citou, por exemplo, que o Porto de Paranaguá teve um grande superavit o ano passado, mas que quase nada disso pôde ser aproveitado nem por Paranaguá nem, muito menos, pelo Estado.

Então, Senhores Deputados, eu também gostaria de ler o último documento que foi enviado ao Superintendente dos Portos de Paranaguá obrigando, ou seja, pedindo que o mesmo pagasse o que deve a cento e cinquenta mil pessoas que habitam o município de Paranaguá.

O SR. FLORISVALDO FIER - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. LOURENÇO FREGONESE - ...Depois da leitura eu lhe concedo um aparte.

"Em atenção ao contido no expediente 310/90 APPA, datado de 25 do mês em curso, cumpre-nos fazer algumas considerações.

Como é reconhecido de forma expressa no ofício em referência, o assunto foi discutido exaustivamente a nível adminis-

trativo e mereceu profundo estudo jurídico das partes interessadas, culminando com pareceres da Procuradoria Geral do Estado que fundamentaram a decisão final do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

De nossa parte, sempre tivemos absoluta convicção da legitimidade do nosso direito em cobrar Imposto sobre Serviços dessa autarquia, baseados que estamos nas alterações tributárias introduzidas no cenário jurídico do país pela Constituição da República promulgada em 05 de outubro de 1988.

Partindo dessa premissa, negociamos com o Senhor Governador o parcelamento do débito em atraso, a contar de outubro de 1988, e obtivemos da Câmara Municipal autorização para receber nosso crédito em até 12 meses, conforme dispõe a Lei Municipal 1.590.

Assim entendemos, superados os itens 1 e 2 da proposta formulada por essa autarquia, e nos reservamos o direito de cogitar sobre uma possível negociação do item 3 após o pagamento do imposto em atraso, na forma estabelecida em consenso com a Procuradoria Geral do Estado e autorizadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias.

Então, vejam bem, Senhores Deputados, eu até compreendo que o Excelentíssimo Senhor Governador tenha tido uma dúvida na Constituição a qual eu não tenho, eu até compreendo que o Governador desse a sua palavra perante a população de Paranaguá e não tenha cumprido, o que eu não compreendo é o Governador assinar uma autorização e não cumprir essa mesma ordem assinada por ele. Dia 29, hora antes do então Governador Álvaro Dias prestes a desistir da governança para disputar o Senado, ele assinava perante toda a imprensa do Paraná a imprensa do Paraná a lei, a portaria que deixava o Porto livre para pagar o que deve ao município de Paranaguá.

Concedo um aparte ao Deputado Rosinha.

O SR. ROSINHA - Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência e no que diz respeito a posição de Vossa Excelência a respeito do Governador Álvaro Dias nós concordamos plenamente.

Gostariamos de interpelar Vossa Excelência no sentido de que Vossa Excelência pertence ao PRN, Partido do Presidente Collor de Mello, que tem a política de fechamento do Porto de Paranaguá como ele funciona hoje, visando a privatização de todos os Portos, passando-os ao setor privado, sendo que todo o investimento que o Estado do Paraná fez no Porto, todo o investimento que lá teve é propriedade da população paranaense e não para ser repassado ao setor privado como quer Collor de Mello do PRN.

Obrigado.

O Sr. Lourenço Fregonese- Eu lhe agradeço o aparte, nobre Deputado Rosinha, mas o Senhor conhece muito pouco o Porto de Paranaguá. No Porto de Paranaguá, existem treze berços no Porto de Paranaguá, sendo que 11 deles pertencem a empresas privadas.

O que se fala hoje em privatização não é privatização do Porto de Paranaguá, muito pelo contrário, o que nós estamos brigando, e também somos contra, é a desregulamentação dos serviços sindicalizados que prestam serviços ao Porto de Paranaguá.

Então, Senhor Presidente e nobres Deputados, em nome dos cento e cinquenta mil habitantes de Paranaguá, eu peço que o Governador cumpra a sua palavra e honre a sua assinatura e pague o que determina a lei.

Tenho dito.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, venho a tribuna para justificar a minha ausência na última quinta-feira, porque conforme combinado com a Presidência eu estava representando esta Casa, na inauguração da 2.<sup>a</sup> Vara do Tribunal do Juri, da Capital do Estado, onde nós tivemos uma solenidade muito importante e também por que nós fizemos parte até desse acontecimento, uma vez que um dos primeiros requerimentos nesta Casa, quando aqui cheguei em 86 foi exatamente pedir a urgência da 2.<sup>a</sup> Vara do Tribunal do Juri, para que a justiça pudesse ser melhor agilizada, para que processos não ficassem empoeirados nas prateleiras do Tribunal do Juri, para que réus depois de 10, 15, 20 anos já não tivessem nem mais condições de serem julgados, uma vez que a pena já estava prescrita.

Por esta razão, na última quinta-feira não estivemos em Plenário, mas estivemos representando a Casa nesta solenidade.

Mas eu venho a tribuna, também, Senhor Presidente, para dar entrada na Mesa hoje de um pedido de convocação do Secretário da Saúde do Estado do Paraná. E por que é que eu faço este pedido? Porque é incrível que desde agosto/90, quando começaram a circular pela imprensa gravíssimas acusações sobre a lisura das licitações levadas a efeito pela Secretaria do Estado da Saúde, nenhuma medida acautelatória foi tomada. Nem o rigoroso inquérito instaurado pela Polícia Federal, onde se constataram graves irregularidades, nem a CPI instituída por esta Assembléia e que teve

o seu relatório aprovado pelo Plenário em 14 de dezembro de 1990, nem o afastamento do ex-Secretário da Saúde ocorrido em 26.10.90 foram suficientes para alterar o esquema vicioso das licitações daquela pasta, eis que ao mesmo tempo em que se espera da justiça o pronunciamento sobre os indiciados nos inquéritos anteriores, novo e rumoroso caso aparece, envolvendo mais uma vez a comissão permanente de licitação daquela pasta e ainda mais uma vez a empresa Sainel - Ind. e Comércio Ltda é a principal envolvida na história toda.

É de se estranhar que as mesmas pessoas colocadas em evidência desde o início do inquérito na Polícia Federal e mesmo depois das conclusões da CPI aqui nesta Casa, que nós tivemos satisfação de presidir, ainda estivessem atestadas licitações daquela Secretaria, como que suspeição alguma houvesse quanto ao seu procedimento.

É de se estranhar ainda que o novo Secretário, Dr. Sebastião Rodrigues Pimentel, que nos parece uma pessoa muitíssimo preocupada com a saúde do Paraná, com aquela pasta, conhecedor dos antecedentes que o levaram a assumir aquela Secretaria e tendo ciência da ingerência de pessoas estranhas ao processo licitatório e tendo o mesmo se recusado anteriormente a levar avante a licitação, através de um mero telefonema de seu auxiliar, tenha liberado o processo licitatório e isto consta do seu depoimento perante a Comissão que nós temos aqui o dossiê que nos chegou até as mãos e com declarações pesadíssimas, até certo ponto com palavras citados nestas declarações, que eu não ousaria usar desta tribuna e reproduzir alguns trechos de depoimentos prestados nessa sindicância feita pela Secretaria da Saúde, através da Casa Civil, do Palácio do Governo.

Então, por esta razão, Senhores Deputados Senhor Presidente, é que eu estou dando entrada nesta casa hoje, na forma regimental, e com base no artigo 54, Inciso 34, da Constituição do Estado do Paraná, a convocação do Senhor Secretário do Estado da Saúde, o médico Sebastião Rodrigues Pimentel, a fim de que aqui compareça perante este Poder Legislativo para prestar esclarecimentos a respeito das concorrências de ns. 04/90 e 05/90, realizadas pela Secretaria em questão, bem como da sindicância realizada para apurar irregularidades nesses processos. A Fundação Caetano Munhoz da Rocha, através da Comissão Permanente de Licitação tornou público, através de Editais de Licitação as concorrências 04/90 e 05/90, tendo como referência os processos 906805/8-90 e 906806/90, respectivamente, com a finalidade de adquirirem materiais de consumo médico-hospitalares e a contratação de serviços especializados para fonecimento

e instalação de equipamentos médico-hospitais, instrumentos e outros, destinados às regionais de saúde e unidades do SUDS no Estado do Paraná. O processo de licitação constitui-se numa seqüência de irregularidades que culminou inclusive na anulação das concorrências pelo Governador, bem como na constituição de Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades. Esta sindicância concluiu pela punição dos membros da Comissão Permanente de Licitação, fato que foi fartamente noticiado nos veículos de comunicação. Até para que se classifique o assunto, para que os integrantes deste Poder tomem ciência das razões que motivaram os atos do Senhor Governador o episódio, é que se pede a convocação então de Sua Excelência, o Senhor Secretário da Saúde para que venha até este Parlamento explicar o que é que realmente aconteceu, o que é que tem de tão grave dentro desse dossiê que ainda não é completo. Aqui ainda faltam algumas declarações, alguns depoimentos, e nós estamos inclusive pedindo através da Mesa, para que a Casa Civil do Governo também nos encaminhe, a este Parlamentar, a esta Casa, cópias da sindicância, cópias dos relatórios, da licitação, que também teria sido alterada na seqüência dos fatos. Se cada um dos Senhores Parlamentares tiver oportunidade de ler este dossiê que eu tenho em mãos aqui, vai ficar estarrecido diante de fatos que aqui constam, parece-me que até na quinta-feira o Deputado Rosinha já tinha comentado sobre este assunto, mas então eu peço e o meu pedido de convocação já está apoiado por seis dos Senhores Parlamentares, o que já o torna praticamente recebido pela Mesa.

O Sr. Florisvaldo Fier - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento)

Agradeço, e é justamente para dizer que abordei este tema na quinta-feira e passamos de quinta até hoje, recolhendo assinaturas para, infelizmente, a constituição de uma nova CPI, uma vez que é um novo caso. E nós apoiamos a vinda do Secretário para fazer as suas explicações, a sua exposição nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Rosinha.

Eu acho que é a oportunidade que a Casa tem de questionar o Secretário, que nós aprendemos a conhecê-lo há alguns meses atrás em vários atos da área da saúde, entre o município e o Estado, e nos parece uma pessoa das mais honestas, uma pessoa interessada na verdade, de colocar a casa em ordem. Mas nos estranha que, de repente, essas duas últimas concorrências que

tumultuaram todo o processo, e nos estranha mais ainda, repito, que o fato de que quase todas as mesmas pessoas envolvidas na CPI anterior aqui, que envolvia o ex-Secretário Delcino Tavares, na CPI que envolveu o ex-Secretário Manoel de Almeida Neto, que responde ele por dois processos na Polícia Federal e foi pelo relatório também acusado de irregularidades, que quase todas essas mesmas pessoas continuam trabalhando na Secretaria, fazendo licitações, participando dos momentos de licitações e concorrências, como se nada tivesse acontecido. E aí está o próprio Governador do Estado utilizando a imprensa para dizer que está colocando na cadeia aqueles que agiram ilegalmente no seu Governo, mas lamentavelmente ele incorre numa incoerência quando mantém essas pessoas ainda dentro desta pasta.

Então, é esse o pedido que faço à Mesa com relação à convocação do Secretário.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PMDB com a palavra.

(Declina.)

PSDB com a palavra.

(Declina.)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Ofício n° 012/91, subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias nos dias 25, 26 e 27 do corrente mês, por motivo de viagem à Brasília. À Diretoria Legislativa, para atender o despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor

Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 129, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. À Diretoria Administrativa, atendido o disposto no § 1° do Art. 135, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 128, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - À Diretoria Administrativa, atendido o disposto no § 1° do Art. 135, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 139, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. À Diretoria Administrativa, atendido o disposto no § 1° do Art. 135, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 137, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Lourenço Fregonese, Emília Belinati e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 136, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 130, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 131, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 123 e 124, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 138, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 121 e 122, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 126, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 127, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 125, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 132, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mediante concordância de Vossa Excelência, gostaríamos de convidar ou solicitar aos líderes partidários para que, tão logo encerrada a Sessão, fizéssemos uma reunião nas dependências da sala da Presidência, localizada nos fundos deste plenário, para que possamos discutir a eleição dos demais Presidentes e vice-Presidentes das Comissões Permanentes, de forma que possamos fazer, dentro de um entendimento amplo, buscando com isso, o retorno do bom entrosamento dos Senhores Parlamentares. Eu solicito aos demais líderes que compareçam a esta reunião, para que a gente possa discutir já hoje para que não ocorram coisas desagradáveis nem para nós nem para ninguém.

(Pausa)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem..

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, conversamos aqui com os líderes Valdir Rossoni e Geraldo Cartário e mediante ponderação de Vossa Excelência, do Deputado João Arruda, e que o Deputado Antônio Costenaro Neto, Líder do PFL não se acha pre-

sente na tarde de hoje, concordamos com a sugestão partida de Vossa Excelência, Deputado João Arruda, que façamos a reunião amanhã, por volta das 13:30 horas, quando teremos então a presença do Deputado Costenaro e também dos demais que estarão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Fica marcada uma reunião às 13:30 horas, no gabinete da Presidência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS.

Levanta-se a sessão.